



Os meus respeitosos cumprimentos,

Em primeiro lugar e em nome desta Central Sindical, gostaria de felicitar o Conselho Económico e Social pela realização deste importante Seminário, onde se aborda uma temática deveras fundamental para o Ordenamento do Território nacional, como é o caso das Florestas e a sua posição estruturante no desenvolvimento e crescimento da nossa economia.

Felicito ainda a organização, pela escolha deste concelho de Mação para a realização do mesmo, atendendo a que é um concelho do interior do país e o mesmo foi em 2003, altamente fustigado pelo flagelo dos incêndios, cujas chamas consumiram metade da sua área florestal, levando a autarquia a apostar em novas metodologias de prevenção dos mesmos.

Gostaria ainda de deixar bem vincada e explicitada a mensagem de que a matriz da UGT se pauta por um sindicalismo de propositura, um sindicalismo de negociação, sempre norteado por atitudes responsáveis, honrando os compromissos assumidos, concretizando a efetiva defesa do trabalho digno e do trabalho de qualidade, na implementação dos direitos dos trabalhadores consignados em legislação e lutando sempre pela criação de mais e de melhor emprego.

Privilegiamos pois uma postura negocial de concertação e não de confronto, devidamente fundamentada e nas respetivas mesas negociais, pelo que procuramos fazer sempre parte da solução e nunca parte do problema.

Mas como Central Sindical que somos, não abdicaremos, de em situações de rutura negocial ou em situações críticas dos direitos dos trabalhadores, de deitar mão de todas as armas de que dispomos, como é o caso do direito à greve e do direito à manifestação.

Depois desta nota introdutória, e entrando já no tema proposto, importa referir que já em 2015, e ainda antes da campanha eleitoral para as Legislativas de então, a UGT elaborou e apresentou aos partidos políticos, um documento de trabalho, que intitulámos de Guião para a Legislatura 2015-2019, onde de uma forma bem clara defendemos “o lançamento de uma discussão sobre o modelo de organização política e de atribuição de competências entre os níveis central e local, o qual deverá ter como condição um amplo compromisso político e social, potenciador de um verdadeiro impulso da dinamização económica e da coesão social e territorial”.

É naturalmente nosso desejo que este Seminário seja pois mais um passo importante desta desejável discussão, para que este objetivo comum venha a ser concretizado com sucesso num futuro bem próximo.

Somos claramente defensores da criação de níveis de flexibilidade das políticas públicas nacionais e regionais, que permitam estabelecer os adequados graus de territorialização em função das temáticas e das necessidades específicas das regiões e promover e seu capital endógeno, onde se enquadra perfeitamente o caso concreto das Florestas que hoje aqui debatemos.

Porém, entendemos por outro lado, a importante necessidade de ser assegurada uma discussão proporcionadora de uma implicação efetiva dos Parceiros Sociais no acompanhamento e avaliação dos Programas Operacionais de âmbito regional, promovendo ao mesmo tempo instrumentos financeiros e técnicos que permitam

reforçar as capacidades e competências dos representantes dos Parceiros Sociais, muito em particular nas estruturas de âmbito local e de âmbito regional.

Ao sermos defensores de políticas conducentes a um desejável e fundamental crescimento económico do país, entendemos que as mesmas devem assegurar uma desejável harmonização do território, da qual ainda estamos muito longe de concretizar, onde as oportunidades de sucesso estejam equitativamente distribuídas por todo o território, e não concentradas quase exclusivamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto, como infelizmente é a realidade atual.

Assim, cresce de importância a necessidade de olharmos para o país como um todo, promovendo adequadamente cada um dos seus territórios, dinamizando as suas potencialidades muito próprias e específicas, pelo que não é desejável que se aplique uma mesma receita em territórios com contextos geográficos e culturais por vezes bem diferenciados.

Sabemos que a Floresta, tem um enorme potencial, capaz de se transformar a médio prazo, num gerador de uma economia forte e rentável, criadora dos tão desejados e fundamentais postos de trabalho, proporcionando emprego a muitos dos nossos jovens qualificados nas Universidades e nos Politécnicos, mas também permitir o regresso ao mercado de trabalho dos menos jovens e dos menos qualificados, que são uma parte significativa dos atuais desempregados, muito particularmente dos de longa duração.

É importante neste momento, enfatizarmos a necessidade urgente de a montante, se assegurarem os necessários reforços financeiros capazes de proporcionar a estes trabalhadores, a devida e necessária formação e qualificação profissional tendo em conta as previsíveis necessidades do mercado de trabalho nesta área.

Não pretendendo fazer uma análise técnica ou acadêmica sobre o tema, até porque não possuo formação especializada na área e nem se pretende isso de um parceiro social, devemos de qualquer forma evidenciar a enorme importância que as florestas possuem em áreas bastante diversificadas, pois são elas que contribuem decisivamente para a beleza natural de uma paisagem, são elas que desempenham o papel fulcral de retenção da água nos solos evitando a sua desertificação e a sua degradação, são elas que transformam o maléfico dióxido de carbono no indispensável oxigênio que permite a existência de vida neste planeta, melhorando desta forma a qualidade do ar ambiente e contribuindo significativamente para a conservação da desejável biodiversidade.

Entendemos ser necessário criar e dinamizar uma ou mais fórmulas que permitam tornar rentável a floresta, contrariando e invertendo a situação atual em que as mesmas, aparentemente apenas acarretam despesas e aborrecimentos aos seus proprietários.

A exemplo de outras atividades econômicas, parece-nos igualmente que o setor florestal tem um papel estratégico com um importante valor econômico, que deverá potencializar e muito as muitas atividades produtivas, que deverão ir muito para além, da tradicional produção de madeira.

Assim, numa época em que as energias renováveis consolidam cada vez mais a sua importância, as Centrais de Biomassa são uma de entre outras excelentes estratégias, pois criam postos de trabalho, fixam população, promovem riqueza e ainda contribuem para a limpeza das florestas que lhe estão próximas, diminuindo significativamente o risco e a amplitude dos incêndios na sua área de intervenção.

Outra linha de atuação poderá passar pela área do Turismo, nomeadamente no turismo de natureza, o qual tem tido nos últimos anos um grande incremento tanto de praticantes como de visibilidade pública, sendo portanto espectável que o mesmo venha a ter ainda uma grande margem de crescimento.

Um dos casos mais mediáticos são os Passadiços do Paiva, responsáveis pela atração de milhares de visitantes, mas podemos incluir nesta área ainda os Percursos Pedestres, as Ecopistas, as Áreas Protegidas, entre muitas outras ofertas.

Saiba pois, cada região desempenhar o seu papel de potenciar o que tem de melhor nesta área, com o apoio indispensável do poder central, cabendo à iniciativa privada e às autarquias, de uma forma isolada ou em parceria nas respetivas CIMs, desempenhar um papel fulcral nesta matéria.

Convém não nos esquecermos que o Estado, seja através do governo central, seja através das autarquias, é o maior proprietário da mancha florestal portuguesa, pelo que tem naturalmente uma responsabilidade acrescida na gestão da mesma, devendo por isso ser implementador de práticas merecedoras de serem bons exemplos a seguir.

Fica-nos no entanto a ideia que ainda haverá um longo caminho a percorrer até se conseguir atingir tal desiderato.

Mas ao Estado compete ainda criar os mecanismos adequados e eficazes na desejável dinamização e manutenção da economia florestal que não lhe pertence, refiro-me em concreto às áreas do domínio privado mas também às áreas do domínio dos Baldios.

Por falar em Baldios, e não querendo tomar partido por nenhuma das partes, mas talvez esteja na hora de ser aberto e discutido com toda a frontalidade este Dossier, até porque em muitos concelhos os baldios representam metade da sua área florestal. Cabe pois ao Estado dinamizar um desejável debate, alargado a todos os intervenientes, procurando os necessários entendimentos e pontes entre os diversos atores, para depois e em conformidade, proceder às correspondentes alterações legislativas, que permitam a modernização e a operacionalização da sua gestão.

Já no que diz respeito aos privados, um dos entraves constantes à sua modernização e à sua rentabilidade, está intrinsecamente ligado ao problema do minifúndio que impede a obtenção da necessária dimensão para a rentabilidade.

É uma realidade com impacto diferenciado em cada uma das regiões do país, mas devemos enfrentá-la com toda a naturalidade e proporcionar condições legais, que de alguma forma minimizem essa mesma contrariedade.

Não sei se a solução passa pelo emparcelamento, ou por outra solução, mas sei que nos compete defender a necessidade de se encontrarem mecanismos eficazes de consubstanciar na prática, projetos economicamente rentáveis e dinamizadores da floresta, que possam candidatar-se a apoios, como é o caso do Portugal 2020.

Se o Estado não tiver um papel atuante, liderante e orientador, vamos continuar a assistir, entre outras coisas, à proliferação de uma certa espécie arbórea, só porque é a que tem um crescimento mais rápido e melhor mercado de venda assegurado pelas fábricas de celulose.

Também a reflorestação e a regeneração da floresta, deverá ser feita em conformidade com as espécies autóctones de cada região, e deixar de andar sempre

à volta do Eucalipto e do Pinheiro Bravo. Como seria bem mais agradável a nossa paisagem se pudesse contar com muitos mais Salgueiros, mais Carvalhos, mais Sobreiros, mais Azevinhos, mais Freixos, mais Medronheiros e de mais Amieiros entre outras espécies.

Em jeito de conclusão, direi que entendemos a importância da Floresta e defendemos a discussão sobre a mesma, de forma a torná-la motora do desenvolvimento económico de algumas regiões, principalmente das de menor densidade populacional, contribuindo com um importante papel no harmonioso Ordenamento do Território português.

Sabemos que a Floresta tem todas as potencialidades para ser rentável e geradora da economia local e nacional, capaz de criar muitos postos de trabalho qualificado mas também de outros menos qualificados, o que é sempre uma salutar dupla valência nos dias de hoje, mas apelamos para a necessidade se passar quanto antes das palavras ao atos.

Podem pois, continuar a contar com a UGT, dentro do quadro das suas atribuições e competências, na prossecução deste importante desafio nacional que não deixa de ser também um importante desafio económico e um importante desafio social.

Mação, 02 de Março de 2017